

Greve continua em SC

STF apresenta ao Congresso novos projetos de reajuste salarial

Em Assembleia realizada na sexta-feira, 29, na frente da Justiça Federal, os servidores aprovaram a manutenção da greve, com avaliação diária a partir dos desdobramentos da negociação salarial em Brasília. O TRE deve manter a paralisação de uma hora diária, das 13 às 14 horas.

A avaliação na Assembleia foi a de que houve avanços importantes na última semana, com o envio, na sexta-feira, ao Congresso Nacional, do novo projeto de Lei de reajuste para os servidores do Poder Judiciário da União pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Ricardo Lewandowski.

A próxima Assembleia será segunda-feira, 01, às 16h30, na Justiça Federal. O transporte passará na frente do TRE às 16 horas e na frente do TRT às 16h15.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Ricardo Lewandowski, encaminhou ao Congresso Nacional, na sexta-feira (29/08), novo projeto de Lei de reajuste para os servidores do Poder Judiciário da União. O PL 7920/2014 mantém as tabelas do substitutivo ao PL 6613/09, aprovadas em mesa de negociação instalada no STF

no primeiro semestre, mas prevê implementação em seis parcelas semestrais, de julho de 2015 a dezembro de 2017. O Judiciário enviou também projetos de reajustes para magistrados e procuradores, com previsão de 22% de reajuste para o próximo ano.

A possibilidade de incluir o parcelamento no texto do projeto não havia sido confirmada pelo diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, na reunião com representantes da categoria, na última quarta-feira (27/08), durante o ato nacional que reuniu mais de mil servidores de todo o país na Praça dos Três Poderes.

Na ocasião, Amarildo havia dito que, na ausência de negociação com o Executivo até o momento do envio à Câmara, o texto seria encaminhado sem que se tratasse de parcelamento, visando negociação posterior. Na semana anterior, o ministro Lewandowski sugerira que fossem discutidas possíveis alternativas, em razão da repercussão orçamentária.

O envio dos PLs até o dia 31 de agosto supriria exigência legal para a inclusão no orçamento do próximo ano. Todavia, a informação do corte ocorrido no orçamento do Judiciário, que previa recursos

**ASSEMBLEIA GERAL ÀS 16h30 HORAS NA JF
JUSTIÇA ELEITORAL: paralisação das 13 às 14 horas com
reunião no TRE para avaliar o movimento**

para os reajustes salariais da categoria, impõe a necessidade de intensificar a pressão sobre o presidente do STF e dos tribunais superiores, o procurador-geral da República e a presidenta Dilma Rousseff, para que negociem e assegurem recursos para os reajustes salariais no orçamento, bem como a aprovação dos projetos no Congresso Nacional em regime de urgência. Isso só será possível com muita pressão e luta da categoria sobre a cúpula do Judiciário, o governo Dilma/PT e o Congresso Nacional.

Essa foi a avaliação do comando nacional de greve, reunido dia 28, na sede da Fenajufe. Entre outras resoluções, o comando definiu pela organização de uma “Semana da Indignação”, entre os dias 1º e 5 de setembro, que já está sendo convocada em vários estados.

Sem previsão orçamentária e sem confirmação de negociação entre os poderes, os novos projetos de lei não terão efeitos práticos. Há a informação

de que o ministro Lewandowski teria recebido a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na última quarta-feira, mas não há ainda posição oficial quanto ao conteúdo da conversa. Não há informação, até o momento, de que tenha sido efetivamente negociada uma proposta.

A Fenajufe acompanhará a movimentação em torno dos projetos e seguirá cobrando do ministro Lewandowski uma posição concreta quanto às negociações pelo reajuste da categoria, e ainda uma reação à altura contra o corte realizado pelo governo no orçamento do Judiciário, em flagrante violação da autonomia administrativa do Poder, prevista na Constituição. Além disso, a Federação reforça o chamado à organização da Semana da Indignação em todo o país e ao fortalecimento da greve, conforme discutiu o comando nacional, para fazer avançar a negociação pela recomposição salarial.

Veja abaixo as resoluções do Comando de Greve e confira as tabelas do projeto no site do SINTRAJUSC.

Resoluções do Comando de Greve

O Comando Nacional de Greve da Fenajufe marcou nova reunião para a próxima quarta, 3 de setembro.

- a Fenajufe deve cobrar a realização de audiência com o ministro Ricardo Lewandowski para o mais breve possível, independentemente da posse efetiva na presidência, tendo em vista o corte do orçamento e a necessidade de negociação imediata com o governo;
- a Fenajufe deve encaminhar documento, conjuntamente com os sindicatos filiados, aos presidentes do STF, dos tribunais superiores e conselhos, da Procuradoria-Geral da República, e do Conselho Nacional do Ministério Público, cobrando atuação efetiva e conjunta para exigir da presidente Dilma respeito à autonomia e à independência orçamentária e administrativa do Judiciário e do MPU, a fim de que sejam assegurados recursos para a reposição salarial dos servidores;
- a Fenajufe deve orientar os sindicatos filiados a reivindicarem aos tribunais regionais em seus estados que enviem ofícios ao STF e aos respectivos tribunais superiores e/ou conselhos solicitando atuação efetiva em defesa da negociação e aprovação do projeto de reajuste dos servidores, bem como outras iniciativas nesse sentido perante as autoridades e poderes constituídos;
- a Fenajufe deve atuar perante os órgãos contra o cor-

te de ponto dos servidores, inclusive diretamente onde houver ocorrido;

- a Fenajufe deve buscar interlocução com as entidades de magistrados e procuradores visando possível atuação conjunta em defesa da autonomia orçamentária do Judiciário e MPU e da recomposição salarial da categoria;
- indicar a realização de ato nacional em frente ao STF, no dia 10 de setembro, com confirmação na próxima reunião do comando nacional de greve, marcada para o dia 3;
- a Fenajufe deve orientar os sindicatos filiados a debaterem nas bases o projeto de gratificação eleitoral, encaminhando texto já publicado com a posição das instâncias da federação para subsidiar o debate;
- a Fenajufe deve indicar que os sindicatos acompanhem a agenda da presidente Dilma nos estados, com o objetivo de protestar contra o corte efetuado e cobrar negociação efetiva com o Judiciário por um acordo que assegure a reposição salarial aos servidores;
- a Fenajufe deve elaborar documento e cobrar dos candidatos à Presidência da República compromisso com a defesa da autonomia orçamentária do Poder Judiciário e com a recomposição salarial dos servidores.